

ATA 276 – Colegiado do Curso – 05/06/2018

1 Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às onze horas, na sala 404 (Coordenação
2 do Curso de Direito), realizou-se a ducentésima septuagésima sexta Reunião Ordinária do
3 Colegiado do Curso de Direito, a qual contou com presença dos professores: Rafael Santos de
4 Oliveira, José Fernando Lutz Coelho; Joséli Fiorin Gomes e dos acadêmicos: Cassiane Fortes
5 Bueno, Renato Augusto Reis dos Santos, Leonardo Utzig da Silva, Camila Cassiano Dias e da
6 técnica administrativa Vanderleia Leal. **PAUTA:** **1)** Apreciação do pedido de láurea acadêmica do
7 aluno Henrique Missau Ruviano; **2)** Apreciação dos relatórios de monitoria; **3)** Discussão e
8 apresentação de sugestões relativas à reforma curricular a ser encaminhada ao Núcleo Docente
9 Estruturante **4)** Assuntos gerais. **Deliberações:** **1)** Apreciação do pedido de láurea acadêmica do
10 aluno Henrique Missau Ruviano: fica designada uma comissão que analisará o pedido e emitirá
11 parecer que será analisado na reunião do Colegiado a ser realizada no mês de julho. A Comissão
12 será composta pelos seguintes membros do colegiado: Joséli e Cassiane. **2)** Apreciação dos
13 relatórios de monitoria: Luíza Copetti Bozzeto: aprovado. Mariana Lançanova Pessamiglio:
14 aprovado. Bruno Altmann: aprovado: Isadora Scherer Simões: aprovado. Laura Pissetti Rossato:
15 aprovado. Com relação ao cômputo de ACG o pedido não foi apreciado, pois não está no período
16 oportuno e a solicitação deve seguir o formulário padrão disponível no site do Curso. Miriam
17 Cheissele dos Santos: aprovado. A Secretária do Curso de Direito deverá elaborar os certificados
18 de participação na monitoria não subsidiada para os referidos acadêmicos. **3) Discussão e**
19 **apresentação de sugestões relativas à reforma curricular a serem encaminhadas ao Núcleo**
20 **Docente Estruturante (NDE):** o professor Rafael Santos de Oliveira explicou aos presentes que o
21 NDE está elaborando uma proposta inicial de reforma curricular que envolve mudança na matriz
22 curricular e demais pontos que constituem o PPC. Todavia, para que a proposta inicial possa
23 contemplar o maior número de visões e possibilidades que se apresentam para a melhoria do
24 curso, se faz necessário o recebimento de sugestões por parte do corpo docente e discente, o que
25 será feito a partir de agora por meio de reuniões onde serão registradas em ata tais contribuições.
26 Professor Lutz sugeriu adequação dos programas das disciplinas de Direito Processual Civil com
27 o novo Código de Processo Civil, com atualização da bibliografia. Processo Civil I ser ofertado
28 concomitante com teoria geral dos contratos e após ter sido vencida a disciplina de obrigações.
29 Processo Civil IV elevar para 60 horas, tratar de procedimentos especiais e ações coletivas. Por
30 parte dos alunos foi sugerido: **exclusão de disciplinas:** Direito e política; Direito agrário (DCG);
31 Contratos agrários (DCG); Empresarial IV (colocar o conteúdo em Empresarial III); Direito
32 Processual Civil IV; Direito das Coisas II; Direito Municipal; Políticas Sociais e Direito; Direito e
33 bioética (DCG); Estudos Interdisciplinares A e B; Direitos do autor (DCG); **Inclusões de**
34 **disciplinas:** História do Direito, Estudos afro-brasileiros indígenas e africanos (30h) – ver com
35 Departamento de História da UFSM, Teoria Geral do Estado e Democracia, Direitos Humanos e

ATA 276 – Colegiado do Curso – 05/06/2018

36 Direitos fundamentais (60h – com modificação do Direito Constitucional II); Direito da Criança e do
37 Adolescente (30h); Criminologia (30h); Cidadania e movimentos sociais (30h). **Alterações nos**
38 **programas e carga horária das disciplinas:** Filosofia jurídica passar a ser Filosofia Geral e
39 Jurídica (60h), Sociologia Geral e Jurídica (60h), trocar de Economia aplicada ao Direito para
40 Economia política (com novo programa); alterar Antropologia e Direito para Antropologia aplicada
41 ao Direito (com 60h); alterar Direito Comunitário e da Integração para Direito e cosmopolitismo
42 (60h ou com uma DCG 30h com parte desse conteúdo); Direito Administrativo II passar para 60h;
43 Incluir uma parte do conteúdo de Direito municipal em Direito Constitucional. Alterar o programa
44 de Psicologia aplicada do Direito a novos conteúdos. Readequar as disciplinas de Processo Civil.
45 **Outras sugestões:** alterar a disciplina de ética para o final do curso. Manter o trabalho de
46 conclusão de curso como monografia e não como artigo ou tornar opcional a escolha entre artigo
47 ou monografia. Alterar Monografia I para o 8º semestre e Monografia II para o 9º semestre. **4)**
48 Assuntos gerais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata foi feita e lavrada
49 pelo Coordenador do Curso de Direito Diurno e assinada por todos os presentes, sendo lida por
50 todos e ao final e aprovada.